

**Notas Explicativas da Administração às Informações Intermediárias
dos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)**

1. Contexto Operacional

A Uptick Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia possui 5,8192% do capital total da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	31/12/27

2. Base de preparação das Informações Intermediárias

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se referia à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS era custo ou valor justo.

Com a revisão do IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação nº 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa informação. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

2.2 Base de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo.

A preparação das informações contábeis de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos – CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as informações contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2014.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2015.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). Todas as informações contábeis apresentadas em Real fora arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Principais práticas contábeis

As informações trimestrais foram preparadas de acordo com a Deliberação CVM nº 673/11, que estabelece o conteúdo mínimo de uma informação contábil intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário.

Desta forma, as informações trimestrais aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas.

Conforme permitido pela Deliberação CVM nº 673/11 e com base nas orientações contidas no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/Nº 003/2011, a administração optou por não divulgar novamente o detalhamento das principais práticas contábeis no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações trimestrais em conjunto com as demonstrações contábeis anuais, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento.

- **Instrumentos financeiros**

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros:

- i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 4). O CPC 40 requer uma classificação em uma hierarquia de três níveis (I, II e III) para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros, sendo que esse ativo financeiro está classificado no Nível I.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	-	1
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	2.252	336
	<u>2.252</u>	<u>337</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras consistem em aplicações em fundo de investimento de curto prazo,

administrado pela Banco Bradesco S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ou à taxa Selic.

5. Tributos a Recuperar

	30/09/2015	31/12/2014
Não-Circulante		
Imposto de Renda - IR	3.793	4.181
Contribuição Social - CSLL	78	164
	<u>3.871</u>	<u>4.345</u>

O Imposto de Renda – IR e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e retenção na fonte referente a serviços prestados. A Companhia mantém no ativo não circulante créditos tributários no valor de R\$ 3.871, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.

6. Reconciliação dos montantes de contribuição social e impostos de renda registrados nos resultados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2015 e 2014:

	30/09/2015		30/09/2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	8.353	8.353	6.478	6.478
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre o Capital Próprio	1.954	1.954	520	520
Subtotal adições	1.954	1.954	520	520
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(8.179)	(8.179)	(6.085)	(6.085)
Subtotal exclusões	(8.179)	(8.179)	(6.085)	(6.085)
Lucro antes das Compensações	2.128	2.128	913	913
Compensações de Prejuízos Fiscais	(638)	(638)	(274)	(274)
Base de Cálculo	1.490	1.490	639	639
Imposto de renda e contribuição social no resultado	354	134	142	57

	30/09/2015		30/09/2014	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	1.873	1.873	1.491	1.491
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre o Capital Próprio	1.954	1.954		
Subtotal adições	1.954	1.954	-	-
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(1.806)	(1.806)	(1.241)	(1.241)
Subtotal exclusões	(1.806)	(1.806)	(1.241)	(1.241)
Lucro antes das Compensações	2.022	2.022	250	250
Compensações de Prejuízos Fiscais	(606)	(606)	(75)	(75)
Base de Cálculo	1.416	1.416	175	175
Imposto de renda e contribuição social no resultado	343	127	38	15

Com relação às disposições trazidas pela Lei nº 12.973/2014, a qual trouxe mudanças relacionadas aos tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, cuja vigência inicia-se em 1 de janeiro de 2015, a Companhia deixa de considerar os efeitos do ágio na apuração dos montantes devidos de contribuição social e imposto de renda. Não ocorreram outros impactos nas informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2015.

7. Depósitos Judiciais

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	30/09/2015	31/12/2014
Cíveis	12	12

8. Investimento

a) Movimentação do Investimento na Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

Nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a participação da Companhia na Controlada em conjunto COSERN, está a seguir

demonstrada:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo no início do período / exercício	47.821	51.685	51.685
Equivalência patrimonial	8.179	11.547	6.087
Ganhos líquidos sobre ativos atuariais - Reflexo	14	(125)	(19)
Juros sobre o capital próprio	(1.955)	(2.078)	(520)
Dividendos recebidos e propostos (ver item 8 c)	(8.273)	(13.208)	(13.209)
Saldo do final do período / exercício	45.786	47.821	44.024

b) Informações sobre a Cia. Energética do Rio Grande do Norte - COSERN

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>30/09/2014</u>
Quantidade de ações da COSERN			
Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028	168.074.028
Capital social da Cosern	179.787	179.787	179.787
Lucro líquido do período / exercício	140.597	198.362	104.635
Patrimônio líquido no final do período / exercício	786.802	821.777	756.531

Quantidade de ações possuídas pela Uptick:

Ordinárias	7.576.650	7.576.650	7.576.650
Preferenciais – Classes A	1.156.609	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes B	1.047.352	1.047.352	1.047.352
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611	9.780.611

Informações Uptick

Participação da Uptick no capital da COSERN

Capital votante	5,84%	5,84%	5,84%
Capital social	5,82%	5,82%	5,82%
Lucro líquido	7.865	11.987	6.279
Patrimônio Líquido	75.683	67.804	78.394

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Uptick Participações S.A. é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Uptick aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de

maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

c) Recebimento de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em 06 de maio de 2015, a COSERN pagou à Companhia o montante de R\$ 1.325 relativo aos juros sobre o capital próprio (valor líquido de IRRF) deliberados em 30 de dezembro de 2014.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 22 de abril de 2015, a COSERN aprovou a distribuição de dividendos adicionais referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e coube a Companhia o montante de R\$ 4.483 recebidos em 13 de maio de 2015.

Em 30 de setembro de 2015, o Conselho de Administração da COSERN aprovou o pagamento de dividendos e Juros sobre Capital Próprio e coube a Companhia o montante de R\$ 3.196 referentes a dividendos e R\$ 1.661 referentes a Juros sobre Capital Próprio (valor líquido de IRRF) recebidos em 21 de outubro de 2015.

9. Intangível

	<u>30/06/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Ágio no investimento	19.601	19.601
	<u>19.601</u>	<u>19.601</u>

O ágio tem origem na aquisição do direito de exploração de serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de 30 (trinta) anos. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

10. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O Capital social integralizado da Companhia em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 49.646;

A composição do capital social autorizado da Companhia, conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	30/09/2015
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.436.999
Outros	4
Total	<u>52.437.003</u>

b) Reservas de Lucros

i. Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2015, o saldo desta reserva é de R\$ 6.820 .

ii. Reserva de Lucros a Realizar

O resultado da Companhia é composto basicamente pela equivalência patrimonial com a Controlada em conjunto COSERN. Em 30 de setembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 a Companhia apresenta um saldo de R\$ 11.463 nesta reserva, pela falta de expectativa na realização do lucro advindo deste investimento.

A constituição desta reserva está em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 202 da Lei 6.404/76, o qual define que o pagamento do dividendo poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar.

c) Outros Resultados Abrangentes - Reflexo

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes reflexo, em atendimento ao CPC 26(R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados, decorrentes da mensuração a valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos atuariais, líquidos dos efeitos tributários, na controlada COSERN.

d) Resultado básico por ação

O cálculo do lucro por ação básico foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações em circulação durante os períodos findos em 30 de setembro de 2014.

e) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzidos das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

Em Reunião de Diretoria realizada em 16 de setembro de 2015, a Companhia autorizou o pagamento em 23 de setembro de 2015 de Juros Sobre o Capital Próprio deliberados na Reunião

do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 2.624.097,87, correspondente ao valor bruto de R\$ 0,0500428652 e ao valor líquido de R\$ 0,0425364354 por ação do capital social, relativos à reversão de parte da Reserva de Lucros a Realizar constituída em exercícios anteriores, a serem pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia na data-base de 30 de dezembro de 2014; e Dividendos deliberados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, no montante total de R\$ 2.846.853,93, correspondente a R\$ 0,0542909362 por cada ação do capital social, relativos ao resultado do exercício de 2014, a serem pagos sem ajuste aos acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia na data-base de 30 de abril de 2015.

11. Instrumento financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros:

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de controlada em conjunto, depósitos judiciais, e contas a pagar e fornecedores. Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	30/09/2015		31/12/2014	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	2.252	2.252	337	337
Contas a receber com controlada em conjunto	Empréstimos e recebíveis	4.858	4.858	1.325	1.325
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	12	12	12	12
Contas a pagar a controladora	Outros passivos financeiros	-	-	5.471	5.471
Contas a pagar serviços prestados	Outros passivos financeiros	10	10	10	10

b) Risco de crédito:

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas.

c) Risco de fraude:

A companhia monitora todas as transações financeiras realizadas no curso do exercício não havendo nenhum indício de erro intencional.

d) Risco de taxa de juros:

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras em títulos públicos federais ou papéis pré-fixados indexados a média do CDI ou à Taxa Selic.

12. Resultado Financeiro

	3º trimestre de 2015	30/09/2015	3º trimestre de 2014	30/09/2014
Renda de aplicações financeiras	237	362	253	470
Variação monetária	78	237	70	201
Total	315	599	323	671

13. Despesas Gerais e Administrativas

	3º trimestre de 2015	30/09/2015	3º trimestre de 2014	30/09/2014
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(37)	(130)	(42)	(115)
Propaganda e publicidade	(3)	(42)	(6)	(51)
Associações e entidades de classe	-	(5)	-	(5)
Tributos	(195)	(195)	-	(48)
Outras	(13)	(53)	(25)	(59)
	(248)	(425)	(73)	(278)

14. Partes relacionadas e remuneração dos administradores

A Companhia é controlada pelo Ennesa Fundo de Investimento em Ações, sendo este controlado pelos seguintes fundos de pensão: (a) Fundação CHESF de Assistência e Seguridade Social

(FACHESF), (b) Fundação Cosern de Previdência Complementar (FASERN), (c) Fundação Itau Unibanco, (d) Fundação Casal de Seguridade Social (FUNCASAL), (e) Fundação CELPOS, (f) Fundação COELCE de Seguridade Social.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações com partes relacionadas referem-se basicamente serviços de assessoria e consultoria prestadas pela Eximia Capital Partners Ltda, que presta serviços aos membros do Conselho de Administração e a Diretoria da Uptick, os quais incluem: (i) Assessoramento contábil; (ii) administração de tesouraria; (iii) controle de custos; (iv) suporte aos trabalhos de natureza jurídica; (v) serviços de controle do patrimônio, do fluxo de dividendos e outros recebíveis da Cosern (vi) cumprimento de obrigações legais exigidas pelos órgãos reguladores do mercado e (vii) assessoramento de conselheiros e/ou diretores em reuniões de Conselho de Administração ou de Diretoria.

A remuneração dos administradores é realizada integralmente pelos controladores (Fundos de pensão). A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.